



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 054

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 93ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE MAIO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs 2.167 e 2.166, de 1984.

1.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 1, de 1986-CN, que aprova as diretrizes do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República. **Discussão encerrada**, após parecer oral proferido pelo Sr. João Lobo, ficando sua **votação adiada** por falta de **quorum**.

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 94ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE MAIO DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Quadragésimo aniversário do SESC e do SENAC.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Exoneração do Ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Carta de associações de mutuários reivindicando solução do Governo para o problema das habitações financiadas pelo BNH.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Fusão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Cassação do mandato do Presidente Paulo Leone, de Nova Iguaçu-RJ.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Exoneração do Ministro Nelson Ribeiro e nomeação do Sr. Dante de Oliveira para substituí-lo na Pasta da Reforma Agrária.

DEPUTADO JORGE CARONE — Reformas econômica e agrária.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Reforma agrária.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO — Tratamento discriminado que estaria dando o Governo Federal ao Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO — Solidariedade de S. Exª ao ex-Ministro Nelson Ribeiro.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Refutando críticas feitas ao Governo Federal.

DEPUTADO JORGE CARONE — Observações ao discurso do Sr. Oswaldo Lima Filho, pronunciado na presente sessão.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder — Assembléia Nacional Constituinte.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Posição contrária de estudantes universitários de Bauru-SP, contra a não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Trabalho realizado pelos Srs. César Leandro Dias Guimarães e Lêda Gomes Lima, intitulado "Pequeno Estudo sobre Fonoaudiologia".

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 5/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984, que altera o Decreto-lei nº 1.928, de

18 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira assumidos pela Administração Pública. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 6/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.168, de 29 de outubro de 1984, que concede isenção de impostos aos bens importados para substituição ou reparo daqueles danificados pelas inundações ocorridas na Região Sul do País. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 10/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.170, de 5 de novembro de 1984, que dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos valores recebidos a maior pelas distribuidoras de combustíveis, relativos a ressarcimentos de fretes. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.171, de 13 de novembro de 1984, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 12/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.172, de 19 de novembro de 1984, que altera os valores e percentuais constantes do Anexo ao Decreto-lei nº 2.131, de 25 de junho de 1984, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Decreto Legislativo nº 13/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.173, de 19 de novembro de 1984, que altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 93ª Sessão Conjunta, em 28 de maio de 1986**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. Passos Pôrto****ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:**

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Moacyr Dalla — Jamil Haddad — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Alércio Dias — PFL; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PSB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Mário Frota — PSB.

Rondônia

Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PFL; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingit Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiróz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PFL;

Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PMDB; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Antônio Dias — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Salles Leite — PDS; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PDT.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL;

Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Cacildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colín — PFL; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 169 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.167 e 2.166, de 1984, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 e 9, de 1986-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre as matérias o Congresso se haja manifestado, os textos dos decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 e 9, de 1986-CN.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 1986-CN, que aprova as diretrizes do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República.

— dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo para proferir o parecer.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Li, cuidadosamente, o documento em análise, produzido pela SUDENE e intitulado I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (I PND).

Surpreendeu-nos, desde a abertura do Plano, o fato de a SUDENE, Órgão de competência técnica comprovada através do tempo, ter-se desviado, no conteúdo do documento, para um estilo literário nada compatível com os objetivos do Governo no Nordeste.

A SUDENE não produziu propriamente um plano, mas um diagnóstico sobre o Nordeste, parecido com muitos outros já existentes, guardando uma certa similaridade com matéria para conferência ou artigo para jornal.

As idéias gerais dominam todo o texto. O Nordeste é tratado como um todo contínuo e uniforme. Comete o documento, portanto, o mesmo equívoco das universidades estrangeiras ou de certos intelectuais que, do Nordeste, só conhecem as praias e a obra de Euclides da Cunha. Há que se considerar que o Nordeste não é um, mas vários nordestes.

Temos na Região manchas ou vales ubérrimos, faixas da floresta atlântica e semidesertos pedregosos de terras minerais, além de enormes rios caudalosos e perenes convivendo com imensos leitos secos e arenosos.

Falar na Reforma Agrária como se fosse matéria de salvação é ignorar que o Nordeste tem apenas alguns pontos de tensão social localizados na zona canavieira.

O fato de o Nordeste abrigar 80 por cento de analfabetos não pode esconder a realidade de que todas as cidades de certa importância possuem vagas ociosas na rede oficial de ensino de primeiro grau. Não para justificar, mas talvez para explicar o reduzido PIB da Região, deve-se atentar para o fato de que mais de 80 por cento das terras nordestinas não se prestam à agricultura convencional.

O I PDN vale, pois, como filosofia geral de desenvolvimento. Não tem, contudo, uma abordagem pragmática das carências e dos nódulos de estagnação do semi-árido brasileiro.

Enfim, a literatura produzida por agrupamentos de diversas tendências e de vários Estados, participantes das Comissões, não poderia mesmo ter outro resultado senão a aparência de um relatório. São pessoas sem identidades mínimas nas áreas ideológica, cultural, social ou tecnológica. Não prevaleceu, na elaboração do documento, a experiência da SUDENE. O ideal é que o trabalho, no seu perfil final, se traduzisse em cronogramas, planos simples e esquemas objetivos, definidos com simplicidade.

Para o Nordeste e o seu desenvolvimento, deveria a SUDENE mirar-se na exemplar sensibilidade política e social do Estadista José Sarney. A solução para o Nordeste está no programa de irrigação de um milhão de hectares; na transformação de terras secas e calcinadas, de regime pluviométrico incerto, em boas e seguras áreas agricultáveis. Isso, sim, nos parece muito mais objetivo do que todo o palavrorio do I PND.

Não somos simplistas. Sabemos que o Nordeste exige mais do que a irrigação de terras. Há um explosivo conteúdo social na Região que precisa de atenta observação e de soluções de curto, médio e longo prazos. O grande problema, o fermento de tudo, é a pobreza. É a miséria irremediável e sem esperança.

Todo esse quadro só será eficazmente enfiado se, inicialmente, aumentarmos as áreas agricultáveis produtivas.

Além do FINOR-Alimentos, outras medidas devem ser implementadas. Medidas capazes de produzir alimentos e de gerar riquezas. Providências simples e objetivas como o são as próprias coisas da terra. Por exemplo: a possibilidade de aplicação de parte dos recursos do FINOR-Alimentos na agricultura de sequeiro; o crédito bancário fácil, rápido e com juros favorecidos, no percentual da produtividade do solo, ou seja, se a terra do Nordeste produz 50 a 60 por cento das terras do Centro-Sul, o juro bancário no Nordeste deve ser calculado na base de 50 ou 60 por cento daquele que é praticado no Centro-Sul; o estímulo, ao máximo, da pesquisa agrícola, com o ensino de novas técnicas e com a aplicação, de novos fertilizantes, de sementes selecionadas de alta produtividade e de rusticidade adaptada às peculiaridades da Região; e preços acessíveis na comercialização de tratores e implementos agrícolas.

Deve-se também atentar para a questão do preço mínimo das safras. É imprescindível que se montem estruturas capazes de proteger os pobres lavradores contra a especulação dos mercados.

São, estes, reparos bem simples que tentamos formular ao I PDN. Mas não vemos razão para votar contra a aprovação do Plano. Nosso julgamento é o de que vale a intenção. É melhor um plano com idéias gerais e abrangentes do que nenhum plano para o Nordeste.

Embora desejando que o Plano seja quantificado, detalhado e adaptado ao pragmatismo que deve presidir a orientação de qualquer política para o Nordeste, somos, com estes reparos, favoráveis à aprovação do I PDN.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria fica adia-da, por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 5 e 6, de 1986-CN (6ª Sessão); 10 e 11, de 1986-CN (4ª Sessão); e 12 e 13, de 1986-CN (3ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos)

Ata da 94ª Sessão Conjunta, em 28 de maio de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

pos — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PSB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Mário Frota — PSB.

Rondônia

Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PFL; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; Vieira da Silva — PDS.

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE-PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lóurival Baptista — Passos Pôrto — Moacyr Dalla — Jamil Hadad — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Roberto Cam-

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiróz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Geraldo Bulhões — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PMDB; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Antônio Dias — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Salles Leite — PDS; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PDT.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Cacildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB.

- Rio Grande do Sul

Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Victor Facioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 169 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Creio que muitos já tiveram a oportunidade de observar que em tempos de crise aguda a palavra criatividade passa a figurar com frequência maior que a usual no vocabulário dos indivíduos e a ganhar relevo nos discursos formais das organizações, empresas e instituições.

A associação entre crise e criatividade obviamente não é casual, porém devida a circunstâncias bem definidas.

Com efeito, quando, na busca de soluções para problemas aparentemente insolúveis todas as hipóteses de ação se mostram ineficazes, o apelo à criatividade individual e coletiva torna-se inevitável.

Coloco em tela a questão da criatividade, porque é meu propósito, neste pronunciamento, enaltecer duas instituições para as quais ela sempre se afigurou como uma virtude essencial, digna de ser cultivada tanto em época de bonança como em períodos críticos.

As duas Instituições às quais me refiro são o SESC — Serviço Social do Comércio, e o SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que no corrente ano estão comemorando seu quadragésimo aniversário.

Mantidas e dirigidas pelo empresariado comercial e voltadas para a promoção do bem-estar social do comércio e seus dependentes — caso do SESC — e para a formação profissional — caso do SENAC, essas organizações excederam em larga medida seus próprios propósitos e ambições.

Prioritariamente destinadas a proporcionar benefícios ao trabalhador do comércio, souberam desenvolver ações de tão ampla envergadura que culminaram por prestar serviços à coletividade em geral.

Isso as credencia duplamente às homenagens que em todos os Estados da Federação lhes estão sendo dirigidas e às quais agrego esta minha alocução.

Em São Paulo, Estado em que são presididas pelo ilustre Empresário Abram Szajman, conheço apreciavel-

mente bem o trabalho implementado por essas Entidades.

Tenho ciência, particularmente, de sua atuação na Região Litorânea de São Paulo, concentradas na cidade de Santos e na localidade de Bertiooga.

Em Bertiooga o SESC mantém em funcionamento, desde há muitos anos, uma colônia de férias modelar, seja pela qualidade dos equipamentos físicos e serviços, seja pela variedade de programação cultural oferecida aos frequentadores. É surpreendente notar que, muito embora essa colônia de férias se abra a seus associados mediante taxas simbólicas, consegue ela suplantar, em padrão de qualidade, empreendimentos similares de caráter comercial, minuciosamente planejados para atrair uma clientela exigente e sofisticada.

Na cidade de Santos, o SESC apresta-se para inaugurar e dar a público um novo centro cultural e desportivo que certamente, a exemplo do que sucede com outros de seus centros, está destinado a servir de modelo a equipamentos congêneres.

A vitalidade do SENAC alcança o mesmo tônus, não economizando esforços no sentido de qualificar, reciclar e valorizar a mão-de-obra requisitada pelas atividades comerciais.

Atualmente o SENAC dá continuidade à implantação de seu programa de informática, visando a abranger todo o Estado.

No ano precedente, em feliz articulação com a Secretaria de Educação, colocou em marcha 25 programas pré-profissionalizantes para alunos da Rede Pública Estadual, optando por desenvolvê-los em localidades de população modesta.

Há algo que surpreende e estimula nessas duas Instituições. Obviamente elas se ressentiram, como todas as demais, similares ou não, dos efeitos daninhos da crise que começou a desenhá-las com maior nitidez a partir do início desta década.

Não obstante isso, não se acomodaram, não se desfiguraram e não frenaram seu desenvolvimento.

Realmente constituem casos exemplares, em que a criatividade, afrontando dificuldades monumentais, logra superá-las, alcançar a estabilidade e, num momento seguinte, retornar ao crescimento, em ritmo prudente e seguro.

Aos dirigentes do SESC e do SENAC, no Estado de São Paulo, e em particular ao seu Presidente, Abram Szajman, meus votos de contínuo êxito e minhas congratulações. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No momento em que o Ministro da Reforma Agrária, o paraense Nelson Ribeiro, está demissionário, congratulo-me com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pois há muito esse Ministro *sub judice* não tinha a mínima condição de assumir uma Reforma Agrária justa, limpa e séria, como, há tempos, pretendemos para este País.

Já em 1979, no que chamei Decálogo da Amazônia (Manifesto à Nação Brasileira), durante o Grande Simpósio Nacional da Amazônia, que contou com a presença de cinco Ministros e do qual fui proponente-coordenadora e relatora, já dizia, do item I ao item 10, destacando o item 10, que fala na Reforma Agrária e na Constituinte:

“10 — Na Amazônia não pode haver improvisações. O problema da Amazônia, como o do Brasil, é eminentemente político. Somente uma reforma política profunda conduz a uma solução através de uma mudança radical: econômica, agrária, pecuária e social. Só a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte dará ao Brasil a Constituição de que o Brasil necessita.”

Isto, dizia eu em 1979.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ainda com relação ao Ministro demissionário, leio, para transcrição nos Anais da Casa, matéria publicada na revista *Veja* de 19 de fevereiro de 1986, intitulada “Ribeiro, o que ia sair mas ficou”.

Quero ainda dizer que esse Ministro, quando empossado, ao contrário dos outros da Frente Liberal nos de-

mais Ministérios, demitiu com um só decreto **Diário Oficial** todos os seus auxiliares, isto é, do Ministro anterior, todos os auxiliares do 1º até o 3º e 4º escalões, em todo o Brasil.

Leio, a seguir, o que a revista **Veja** publicou:

RIBEIRO, O QUE IA SAIR MAS FICOU

Na quarta-feira retrasada, o prestígio do Ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária, junto ao Presidente José Sarney era tão baixo que ele teve dificuldades até para entregar sua carta de demissão. Alegando excesso de compromissos em sua agenda, Sarney recusou-se a recebê-lo — e só depois de várias tentativas, bastante humilhantes em se tratando de um Ministro de Estado, Ribeiro conseguiu uma audiência de poucos minutos. “Espero que meu sucessor tenha força e prestígio para fazer tudo aquilo que não consegui”, declarou, arrasado, após o encontro no Planalto.

Um dia depois, foi a vez de Sarney chamá-lo para uma nova conversa — onde o ainda aturdo Ribeiro descobriu que fora mantido no posto. Essas 24 horas, em que se viu no papel de ex-Ministro, foram uma verdadeira lição na vida de Nelson Ribeiro. Aprendeu na carne que em gabinete de demissionário só quem bate à porta é o vento. Na manhã de quinta-feira, dia 6, quando os jornais anunciavam sua queda, Ribeiro tomou o rumo do prédio do INCRA, onde funciona o Ministério, e ali, como Chefe já destituído de qualquer autoridade, foi vítima da vingança de vários funcionários descontentes com sua gestão. Alguns de seus assessores diretos nem podiam sentar-se à mesa de trabalho, pois suas poltronas haviam sido despachadas para o almoxarifado. Também era difícil redigir um simples memorando. As máquinas de escrever tinham desaparecido. Uma olhada mais atenta no ambiente revelou um fato ainda mais constrangedor: todo o material de trabalho dos gabinetes fora minuciosamente conferido — como se alguém desconfiasse que o ex-Ministro pudesse sair do prédio levando objetos do Governo para casa.

A maratona de surpresas desagradáveis também alcançou sua residência oficial, na Península dos Ministros. A casa estava inteiramente em desordem e os empregados não queriam trabalhar. Nos jardins da mansão, Ribeiro deparou com outra cena insólita: um dos sentinelas, encarregados de zelar por sua segurança, simplesmente tirara as botas e passeava descalço, comemorando a ausência do patrão. “A bagunça era tamanha que pensei que iam me matar”, desabafou, no dia seguinte, já aliviado com a notícia de que o Presidente José Sarney o confirmara no Ministério. Com os poderes recuperados, Ribeiro pretende trocar alguns funcionários para colocar a casa em ordem. “Mas não farei nenhuma vingança mesquinha promete”.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, depois dessa situação em que atravessou o Ministro Nelson Ribeiro, realmente é muita coragem e muita “cara de pau” esse Ministro ter continuado à frente do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Sistema Financeiro de Habitação, instalado no País com o regime autoritário, levou o setor a um verdadeiro descalabro. Vêm sendo tomadas medidas no sentido de aliviar a condição dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e neste sentido houve um avanço muito positivo. Agora, Sr. Presidente, as financeiras, principalmente os agentes financeiros particulares, estão querendo que o Governo, o BNH os indenize em 28 bilhões de cruzados, 28 trilhões de cruzeiros, dizendo que isso se refere a uma indenização pelo saldo devedor. É mais um avanço do colarinho branco no dinheiro do Governo.

Neste sentido, Sr. Presidente, solicito a V. Exª a transcrição da carta aberta à população que fazem os mu-

tuários da Coordenação Nacional dos Mutuários e da Federação das Associações dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Documento a que se refere o Sr. José Frejat em seu discurso.

Carta aberta à população

O Movimento Nacional dos Mutuários traz a público a síntese de suas posições e convoca a população organizada para sustentar a sua defesa conjunta. Trata-se de apontar o rumo de uma política social de habitação, única via capaz de solucionar os impasses que afligem a todos na questão da moradia.

O impasse atual que o Governo da Nova República não resolveu consiste na permanência de uma política de dois pesos e duas medidas que somente beneficia os responsáveis pelos males do Sistema Financeiro de Habitação: a intermediação financeira e os privilégios antisociais desfrutados pelos agentes financeiros do sistema.

A resistência do Governo, que nisso repete os anteriores da Velha República em estender a todos os mutuários os direitos já reconhecidos pela Justiça em primeiro e segunda instância, tem uma única origem: a manutenção do esquema de intermediação financeira que o Pacote econômico manteve intocado, tanto na primeira como na segunda versão. Ainda agora quando o Governo tenta, com a regulamentação do Pacote, mexer na questão da correção dos saldos devedores, eis que os agentes financeiros, sobretudo os privados, saem em campo exigindo como compensação mais comprometimento de recursos públicos: agora da ordem de 28 bilhões de cruzados, tentando transformar em crédito o que simplesmente é um ganho indevido.

As consequências do impasse mantido pelo Governo já são sentidos no dia-a-dia pelos mutuários e pela população em geral: intensificação das execuções em massa, informalidade com a negação sistemática de direitos elementares até hoje não atendidos e continuidade do desperdício de vultosos recursos públicos com a cobertura de dívidas ilegítimas dos agentes financeiros.

Torna-se evidente então a necessidade de uma solução imediata, uma solução política, que resolvendo o impasse abra caminho, aí sim, para prática de uma nova política, respaldada pela população organizada.

É neste contexto que se coloca a importância da palavra final do Supremo Tribunal Federal, cujo primeiro sinal acaba de ser dado com a decisão desta Suprema Corte desautorando qualquer processo de execução contra todo mutuário que esteja protegido por uma Liminar da Justiça.

Cabe ao Governo um pesada responsabilidade: suspender as execuções e despejos e estender a todos os mutuários o direito de ter seu comprometimento de renda respondido ao nível de julho de 1983, no reconhecimento expresso de que os mutuários não foram os causadores dos problemas enfrentados pelo sistema.

A pauta para esta decisão política fica agora reiterada:

1. reconhecimento da equivalência salarial, como garantia pela Justiça;
2. suspensão das execuções e despejos;
3. transferência das prestações atrasadas para o final do contrato, sem qualquer ônus adicional;
4. reformulação do fundo FIEL para preservar os interesses dos desempregados e dos que sofreram redução de renda familiar;
5. revisão de todos os custos financeiros embutidos nas prestações;
6. retorno dos mutuários executados à seus imóveis;
7. revisão dos custos dos conjuntos habitacionais. Correção dos defeitos de construção e da infra-estrutura;
8. revisão do comprometimento de renda dos moradores dos Conjuntos Populares.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1986. — Coordenação Nacional dos Mutuários — Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — FAMERJ:

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Há dias se noticia, na imprensa, a intenção de vontade da assessoria da área econômica, em que se dizia do pensamento do Governo em efetivar a fusão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O primeiro, o Banco do Brasil, fundado em 1808, quase bicentenário, é instrumento do desenvolvimento rural e urbano, é banco comercial, alavanca do progresso, pioneiro e missionário no interior do País, a construir e fomentar riquezas; a segunda — Caixa Econômica Federal, fundada em 1860, rejuvenescida e modernizada pela competência de seus funcionários, passou de uma Caixa de Penhores e de Hipotecas para o Banco Social de múltiplas funções. Recebendo poupanças — no que foi pioneira no Brasil, construiu casas, edifícios, financiou hospitais, escolas, creches e centros sociais urbanos. Gerenciando ou administrando a Loto, a Loteca e Loteria Federal, tem arrecadado bilhões para os programas sociais do Governo, para educação e para outros setores, como o esporte.

Mas a notícia da fusão não recebeu o apoio quer dos funcionários do Banco do Brasil quer da Caixa. Ao contrário, por atuarem em campos totalmente diferentes, recebeu o repúdio do noivo (o Banco) e da noiva (a Caixa). E o casamento forçado na polícia, sem o consentimento mútuo, jamais fez felicidade.

Por isso, interpretando a reação do BB, com 178 anos, e da Caixa, com 125 anos, já sem idade de matrimônio, manifesto aqui o repúdio a esta fusão ou união.

Separados, contribuirão de braços dados e com amizade para o desenvolvimento e grandeza deste País, e não se fecharão algumas centenas de agências, principalmente da Caixa, com desemprego e perda de funções.

Se o pacote econômico atingiu momentaneamente a Caixa ou o Banco, temos certeza de que saberão eles superar rapidamente qualquer dificuldade e ajustarem-se, como já fizeram em épocas outras, à realidade da era do cruzado.

Na guerra contra as estatais precisamos separar o joio do trigo. Não se pode, na fúria dos “falsos reformadores”, destruir o que é bom. A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a PETROBRÁS, são astros que se destacam e que precisam ser preservados.

A Caixa, no Império, foi abolicionista, criando a carteira de poupança dos escravos, que nela juntavam suas economias ou ganhos, para comprar a alforria ou liberdade.

Como destruir uma Instituição da maior credibilidade nacional?

Ao final, apelar para os que a querem destruir. Dêem-lhe recursos, embora momentaneamente, que, em pouco tempo, a Caixa os devolverá em dobro.

Nosso apoio aos funcionários da Caixa, em defesa de seu patrimônio. Com luta e reação é que se vence.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Para o Governo democrático do PDT, eleito no Rio de Janeiro, Engenheiro Leonel Brizola, dois pesos duas medidas. Leonel Brizola, que em 1964 teve que se mandar, por ter cometido uma série de irregularidades no País, e dentre elas um punhado de dólares dentro de sua casa, roupas chiquêrrimas, uísques importados etc., agora usa o mesmo expediente contra os seus ex-companheiros.

Ontem, degraçadamente, 14 Vereadores do Município da Nova Iguaçu, alguns do PMDB e todos do PDT, da maneira mais servil e covarde, cassaram o mandato do Prefeito Paulo Leoni, Prefeito que este Deputado ajudou a eleger em 1982, saindo algumas vezes em todos os distritos, levando-o no meu papa-votos, e pedindo que a população acreditasse na sua capacidade de administrar aquela fantástica cidade da baixada fluminense.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, pelas dificuldades conhecidas de todo o Brasil, não só de Nova Iguaçu, mas de qualquer outra grande cidade desse País — e Nova Iguaçu é uma das maiores pelas dificuldades conhecidas também dos governantes dos Estados, o Dr. Paulo Leoni não conseguiu até agora realizar o governo que sonhava a população de Nova Iguaçu e todos os seus distritos. Talvez muito mais por culpa das dificuldades e falta de

recursos do que pela sua própria competência administrativa.

Deploramos e lamentamos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que um Governo que se diz democrático, e que já mostrou que é exatamente o inverso, é um ditador civil, muito pior do que Geisel, que, pelo menos, era um General de quatro estrelas, fardado, Leonel Brizola, que já cassou este Deputado Agnaldo Timóteo que participou da sua vitória com os modestos 800 mil votos no Rio de Janeiro, modestos 800 mil votos, já que muitos dos Deputados que hoje estão aqui, do PDT, só vieram porque surrupiaram os meus votos, vieram de carona — e mesmo assim, sem ter um fiscal de urna, cheguei a esta Casa com 513 mil votos, imagine-se quanto eu tive realmente —, pois este Governador cassou o meu direito legítimo de escolher o meu candidato, e o meu candidato era um homem mais jovem e reconhecidamente um grande administrador.

Deploro, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a atitude asquerosa do Governador do Estado do Rio de Janeiro e os seus servís Vereadores do Município de Nova Iguaçu, do PMDB e do PDT, que desgraçadamente cassaram, da maneira mais covarde, o Prefeito Paulo Leone.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Presidente José Sarney vem administrando o País com postura de estadista, com a moderação de um político sábio e experiente e, ao mesmo tempo, com a firmeza de quem sabe exatamente aonde quer levar a Nação que hoje nele deposita tanta confiança. Exemplo disto está no episódio da troca de Ministro na Pasta da Reforma Agrária.

Devo dar o depoimento pessoal e depoimento político de me ter honrado bastante com a convivência e amizade do Ministro que sai, Dr. Nelson Ribeiro, que, além de um amazônlogo respeitável, parece-me um homem profundamente sério, um homem com a vocação para o Estado e com a vocação para a Universidade, para a carreira acadêmica.

Saindo Nelson Ribeiro, começavam as especulações a respeito do futuro do projeto da Reforma Agrária. Fora de qualquer agitação, fora de qualquer dúvida, de qualquer ato que pudesse significar titubeio, o Presidente José Sarney parte para nomear o ex-Deputado e atual Prefeito de Cuiabá, eleito consagradoramente contra as oligarquias de Mato Grosso, Dante de Oliveira. O Prefeito Dante de Oliveira, que se licencia para assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, é um grande executivo — já o havia demonstrado quando na sua administração recém-iniciada, porém séria, produtiva, coerente, correta e, sobretudo, indormida. Tenho a certeza de que em melhores mãos jamais poderia estar a Pasta tão exigente que é a da Reforma Agrária. Ela encontrará em Dante de Oliveira, com toda certeza, um guardião do compromisso para com a Reforma Agrária e, mais do que isso, um guardião competente, corajoso, aliado ao grande anseio popular e nacional de ver a renda brasileira elevada, o mercado de consumo brasileiro ampliado, a partir da efetivação de uma verdadeira Política de Reforma Agrária.

O Presidente José Sarney, mais uma vez, demonstrou sensibilidade, demonstrou fidelidade aos interesses da Nação, fidelidade aos compromissos assumidos na campanha de Tancredo Neves e José Sarney, pelo “Muda Brasil”.

Com a ascensão de Dante de Oliveira à Pasta da Reforma Agrária, ao Ministério, vemos que o espaço para renovação política se amplia. Da nova geração, da minha geração, poucas pessoas são tão brilhantes, tão expressivas quanto o Deputado Dante de Oliveira, ao mesmo tempo em que o Congresso, dessa safra que se elegeu em 82, tem um dos seus melhores representantes alçado a cargo tão dignificante. Creio que o País tem toda razão para estar tranqüilo sob o timão do Presidente José Sarney, ao mesmo tempo em que a Reforma Agrária deve estar vivendo a sua véspera, a véspera da sua realização, com a nomeação do Deputado, hoje Ministro Dante de Oliveira, para cumpri-la, honrá-la e levá-la até o fim.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A reforma econômica feita pelo Governo realmente está prevista em dezenas de projetos apresentados por vários Deputados nesta Casa. O Legislativo trabalha, mas infelizmente os projetos não são aprovados. Fiz um levantamento e verifiquei que quase todas as medidas tomadas pelo Governo foram propostas de projetos que infelizmente não tiveram andamento nesta Casa.

Li o Decreto nº 2.284 e cheguei à conclusão de que é preciso mudar, porque ele diz claramente que poderá haver mudança no congelamento, parcial ou total, em virtude da nova moeda ou fenômeno conjuntural. E não pode mudar! O governo declarou que seria de 1 ano o período de congelamento. Apresentei um projeto mudando o art. 35 do Decreto-Lei nº 2.284, que em seu § 2º diz

“O congelamento previsto nesse artigo se equipara para todos os efeitos ao tabelamento oficial de preços, que não poderá ser suspenso, revisto, antes de 1 ano de vigência deste Decreto-lei.”

Esclareço que é de minha autoria projeto que acaba com a correção monetária, criando o cruzeiro novo, que, não resta dúvida, foi substituído pelo cruzado, projeto do salário móvel, projeto do seguro-desemprego, emenda constitucional. Água, luz, telefone, impostos federais, estaduais, bem como prestação do BNH, não podem ultrapassar o índice do salário.

Meus nobres Colegas, assisto às vezes, aqui, parlamentares que estão realmente bem intencionados, mas a realidade brasileira é outra. Como Prefeito de Belo Horizonte iniciei a reforma urbana, desapropriei quase 10 mil lotes. Hoje, mais de 10 mil famílias têm realmente o seu terreno com a medida que adotei. Iniciei uma luta contra os banqueiros e iniciei outra não querendo receber ordens dos militares, porque, como já afirmei, os militares gostam de mandar e a fruta de que eles gostam eu como até o caroco.

É preciso alertar o Congresso Nacional. Ninguém, é mais favorável à Reforma Agrária do que eu. Mas quando o Governo implanta uma reforma econômica, que é uma reforma bancária que os grandes proprietários, os grandes conglomerados estão todos contra, que os banqueiros se arregimentam, realmente o Governo não pode abrir duas ou três frentes, porque ocorrerá o que aconteceu comigo em Belo Horizonte. Briguei com os banqueiros, lutei contra os banqueiros, não concordei com os militares. Os grandes proprietários ficaram contra mim, e, por isto, me derrubaram numa madrugada.

Acho — e falo com toda a experiência que tenho — temos que fazer Reforma Agrária, mas, fazê-la onde os terrenos não estão produzindo.

Tenho exemplo disso, Sr. Presidente, pois eu possuía uma área de cento e poucos alqueires de terra à margem do Rio — Bahia, plantava arroz, feijão, criava gado, quando fui cassado e tive os direitos políticos suspensos, veio uma ordem, uma portaria, na época do Governo Castello Branco, proibindo que todos os cassados recebessem empréstimos de bancos oficiais, inclusive do Banco do Brasil.

Fui obrigado a vender a minha propriedade, porque, depois que me cassaram, minha esposa Nísia Carone, foi eleita Deputada Federal e, então, os empréstimos eram feitos em nome dela. Tendo ela sido cassada, não pude fazer mais empréstimos em nome de ninguém, porque os meus filhos eram menores.

Não basta entregar terra. Essa história de entregar terra não resolve nada, isto é propaganda eleitoral, isso é querer fazer média. É preciso dar uma estrutura agrária. Não se pode fazer Reforma Agrária sem dar condições ao trabalhador rural, porque conheço bem o trabalhador, pois convivi a vida inteira no meio deles. Muitas vezes tive que pegar na mão do trabalhador para que ele aprendesse a assinar seu nome para votar comigo. Conheço bem o trabalhador. É preciso dar

condições, dar assistência técnica, porque não podemos falhar com a Reforma Agrária. Ela deve ser feita de forma consciente, com assistência real ao homem do campo, dando-lhe condições para educar seus filhos, dando-lhe uma casa onde possa viver condignamente, dando-lhe condições para poder produzir. Dar a terra não é o suficiente! É preciso dar condições de sobrevivência.

Se assim falo é porque já estou numa idade de não enganar ninguém. Na hora da eleição muitos falam em Reforma Agrária, mas o que é preciso é dar condições ao homem para sobreviver. Ninguém vai produzir sem ter recursos financeiros, sem ter estrutura.

Quero lembrar a todos que o Presidente José Sarney, realmente, tem que fazer a Reforma Agrária, mas de maneira firme, consciente, capaz de resolver o problema do trabalhador, porque, na hora em que esse homem tiver a terra e não tiver condições de produzir, ele virá para a cidade, aí o “pau vai quebrar” e os Senhores vão saber que não é fácil lidar com trabalhador rural enganado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ouvi o nobre Deputado Jorge Carone falando sobre o tema da reforma agrária, mais do que isso, da necessidade de uma Política Agrária para o nosso País que dê apoio, estrutura, estímulo aos produtores do setor primário da agropecuária brasileira.

Fala S. Exª da tribuna no momento em que se anuncia a queda do Ministro da Reforma Agrária e a nomeação de um novo Ministro. Creio oportuno o tema, nobre Deputado Jorge Carone, e venha à tribuna para também abordá-lo.

Efetivamente, o nosso País precisa de reforma agrária, mas precisa de uma reforma agrária incluída dentro de um contexto de uma Política Agrária, e não conseguiremos jamais definir uma proposta de reforma agrária enquanto não definirmos uma Política Agrária para o País. Esta é a questão.

Perguntado, hoje, pela imprensa o que eu achava da queda do Ministro Nelson Ribeiro e da possível nomeação do já agora confirmado Ministro Dante de Oliveira para o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento, eu disse que não se tratava de questão de nomes, mas sim de questão de propostas. Qual a proposta, em matéria de Política Agrária, para o País? Qual a proposta, em matéria de reforma agrária, para o País? Elas têm que se complementar, uma depende da outra, umbilicalmente.

Falo a propósito, porque tenho aqui uma série de recortes de jornais em torno do problema do leite. Ainda hoje recebi um telefonema do Deputado Estadual Valmir Susim, que me perguntava lá, de Porto Alegre, em função do interesse da FETAG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, qual o texto da Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional propondo o subsídio para o leite. Dirigi-me ao setor competente da Casa, para arrumar uma cópia da Mensagem do Executivo propondo o subsídio para o leite. E pasmem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas: até hoje, à tarde, esta Casa e o Senado, o Congresso Nacional, não haviam ainda recebido a proposta de abertura de crédito e a instituição de subsídio para o leite. No entanto, o Executivo, segundo consta na imprensa brasileira, já está nomeando até uma comissão para elaborar a regulamentação da aplicação do subsídio do leite. Ou é uma desconsideração com esta Casa, ou uma desconsideração com os produtores do leite, ou uma inversão do esquema operacional do Governo.

Estão aí os jornais dizendo: “O subsídio ao produtor vai durar sete meses e custar Cz\$ 1,5 bilhão” — *Gazeta Mercantil*, 14 de maio. Já estamos no dia 28 de maio; “subsídio do leite custará ao Governo 1,5 bilhão” — 14 de maio, *Jornal do Brasil*; “Impasse no setor leiteiro”. **Zero Hora** — Porto Alegre, 9 de maio: “Tradicional bacia leiteira em vias de desintegração, a crise do leite”, **Zero Hora** de Porto Alegre também: “Pacote inviabiliza trabalho dos pequenos produtores”, **Zero Hora**, Porto Alegre. “O golpe no pão e no leite — Campo & Lavoura

— Porto Alegre, **Zero Hora**, 16/5; “Produtores de leite dão prazo para seu boicote”, **Jornal do Comércio**, 9/5, Porto Alegre; “Está tudo pronto para começar dia 15 boicote ao leite”, **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 9 de maio; FETAG antecipa sua reunião e avalia hoje boicote do leite. Por que gritam os produtores rurais do Sul? É outra manchete — dia 10.

Gritam por uma razão muito simples: porque os insumos para a produção de leite e dos mais variados produtos do setor primário foram reajustados ao longo do ano passado, ao início deste ano. No entanto, o preço do produtor não foi reajustado e o produtor está produzindo com prejuízo, está parando de produzir. Esta é a questão.

Então, toda aquela crítica da Oposição, ao longo dos últimos anos, parece que não serviu para ela própria, porque criticava aquilo que achava que estava malfeito e quem critica deve fazê-lo muito bem. Então, que o faça bem, é o que queremos. Só isto.

Vamos fazer a Reforma Agrária, mas vamos primeiro mostrar aos produtores deste País que a Reforma Agrária que se fará em favor dos sem-terra não será para transformá-los em deserdados, como os produtores de hoje, do amparo é do apoio oficial. Não será uma mera ilusão, uma mera quimera. Que venha o projeto a esta Casa instituindo subsídios para o leite, porque o produtor de leite não tem como sustentar a sua produção. Esta é a questão. Ou será que o leite tem que cair nas mãos de multinacionais ou de banqueiros e, aí, o reajuste se faria como tem sido feito?

Ainda agora, no setor da agricultura, os juros bancários para o financiamento do setor primário foram reajustados, e reajustados em que percentuais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Possivelmente, os senhores banqueiros não dependem da produção de leite, porque, se dependessem, talvez já estivesse reajustado e resolvido o problema do subsídio do leite.

Este é o apelo e a colocação, Sr. Presidente: que o Governo envie a esta Casa, de uma vez, esse projeto de subsídio de leite, para dar a garantia, a serenidade, a tranquilidade, a orientação para os produtores de leite, e que também defina, perante esta Casa, perante os produtores nacionais, a Política Agrícola do País, e que o novo Ministro de Reforma Agrária, que tem as melhores qualificações, como a tinha seu antecessor, consiga oferecer, também, subsídios concretos para uma proposta concreta do Executivo, em termos de reforma agrária. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu gostaria de enfocar, também, o tema da reforma agrária, hoje o tema mais discutido neste País, na medida em que cai um Ministro e outro Ministro ascende, para dirigir a reforma agrária no País.

Sr. Presidente, como o Representante do Rio de Janeiro, volto a um assunto que hoje debati na sessão da Câmara Federal, há pouco encerrada, para lamentar, que não vi nesta Casa, nos últimos 6 meses, nenhum Parlamentar do Rio de Janeiro colocar a questão grave que ocorre no meu Estado, no que se refere à odiosa e odienta discriminação do Governo Federal em relação ao meu Estado. Ao contrário, ouvi, aqui, pronunciamentos, quando eu chegava, de que não existe discriminação, que é uma tática do Governo do Rio de Janeiro, de homens eleitos pelo Rio de Janeiro.

No primeiro pronunciamento, Sr. Presidente, disse que traria a esta Casa as provas irrefutáveis dessa discriminação e desafiaria os Representantes da Aliança Democrática que desmentissem o fato.

Sr. Presidente, em 30-4-86, venceria, como venceu, o compromisso externo do Rio de Janeiro referente à rolagem da dívida de 29 bilhões e 800 milhões de dólares, empréstimo externo feito nos Governos anteriores, haja vista que o Governo do Rio de Janeiro não fez nenhum comprometimento da sua capacidade de pagar com recursos externos.

Em 15-1-86, Sr. Presidente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro mandou memorando solicitando autorização para a rolagem da dívida que venceria em 30-4-86. O Sr. Ministro Sayad reteve esse expediente

durante três meses, para, só em 17-4-86, dar o sinal verde para a rolagem da dívida. Haveria necessidade, em consequência, segundo os trâmites legais, que se ouvissem o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda, o Gabinete Civil da Presidência da República, e ser aprovado pelo Senado. Lógico que em 13 dias isso não ocorreria, como não ocorreu. O expediente usado, como nos anos anteriores, foi através do Aviso nº GB-009, em que o Banco do Brasil pagaria esse débito, à espera de que se resolvessem os problemas legais de autorização para a rolagem da dívida. Até hoje isso não ocorreu e o Governo do Rio de Janeiro foi punido com a retenção de 185 milhões de cruzados, referentes à merenda escolar, a obrigações com a Polícia Militar, com o salário-educação — a Nação, como mera arrecadadora de tributos do Estado, punindo o Estado.

Mais do que isto, Sr. Presidente. Em dezembro de 1985, em face da necessidade da rolagem da dívida mobiliária do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado solicitou, através do Expediente nº PR-6.165, a emissão de oito milhões e quatrocentos mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Rio de Janeiro, que necessitariam obviamente, do acordo do Governo Federal e da aprovação do Senado Federal. Pois bem, Sr. Presidente, há mais de cinco meses está dormitando no Gabinete do Ministro forte deste Governo, do novo Delfim dos tempos atuais, o mesmo que declarou a necessidade de mudar o Plano da Reforma Agrária, um antigo homem do PDS, da ARENA, enfim, Ministro Marco Maciel.

Sr. Presidente, para que esta Casa tome conhecimento da luta do saneamento do Rio de Janeiro, de 1983 para cá o Governo Federal não ingressou com um centavo no Metrô do Rio de Janeiro. Ao contrário, diminuiu a sua participação acionária no Metrô carioca. De 1983 para cá o BANERJ honrou compromissos externos de 3 bilhões de cruzados, só da dívida do Metrô — e pergunto: qual o banco privado deste País que resistiria a uma sangria tão dolorosa de 3 bilhões de cruzados? Apesar disto, de 1983 para cá o Banco do Estado do Rio de Janeiro passou do 17º lugar para o 4º no ranking dos bancos brasileiros. Os depósitos aumentaram de 12 milhões para 12 bilhões de cruzados; a caderneta de poupança é a segunda maior do Estado, somente inferior à da Caixa Econômica Federal; a carteira de aplicações cresceu em 3.000%, e os créditos inadimplentes foram recuperados em 200 milhões de cruzados.

Sr. Presidente, esta é a situação em que o Governo do Rio de Janeiro se encontra, só pelo simples dever democrático de discordar do achatamento do salário dos trabalhadores, do Plano Cruzado.

Hoje, na sessão da Câmara dos Deputados, fiz um discurso demonstrando que passamos do estado militar-industrial, para o estado industrial-militar — as conexões econômico-financeiras, de bancos, de indústrias ligadas ao capital internacional, ao comércio, homens que hoje dirigem, especialmente de São Paulo, todo o complexo econômico do País.

Era isto, Sr. Presidente, o que tínhamos a falar à Nação, e continuaremos denunciando e solicitando ao Governo Federal, através dos seus Líderes, que desmintam os nossos números e a discriminação odienta contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que infelizmente há em época eleitoral, e não vejo nenhum Parlamentar do meu Estado denunciar. Ao contrário, parece que se jactam com a punição, não do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas do povo bravo do meu Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Uso a palavra, nesta sessão do Congresso, em virtude da dificuldade de fazê-lo nas sessões da Câmara dos Deputados, pelo privilégio de que gozam os Líderes, e que não me atingem, para expressar a minha admiração e a minha homenagem ao Sr. Ministro Nelson Ribeiro, que deixou, hoje, a Pasta da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Ao fazê-lo, Sr. Presidente, salienta a extrema correção, o idealismo com que esse ilustre filho do Pará se comportou na Direção da Pasta mais difícil da

Administração brasileira — o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em razão do conflito estabelecido entre os grandes latifundiários deste País e as grandes massas rurais despossuídas, nômades, vagando pelo País como bóias-frias ou clandestinos, sem trabalho certo, sem condições e sem assistência previdenciária, médica ou de saúde, residindo em choças, que não mais se conformam, nesse limiar do século, quase ao atingirmos o ano 2000, com essa situação de miséria a que estão submetidos cerca de 7 milhões e 500 mil trabalhadores sem terra. Daí a multiplicidade de conflitos que se estabelece em todo o País entre esses trabalhadores ansiosos por terra para trabalhar — ao contrário do que imagina o meu ilustre colega, o Sr. Deputado Jorge Carone — e os jagunços e pistoleiros a serviço do latifúndio.

Ainda há poucos dias dizia-me esse grande lutador pela Reforma Agrária que é o Deputado Benedito Monteiro, do Pará, que pagou já com prisões e sacrifícios inúmeros a sua dedicação à causa da Reforma Agrária no Brasil, que no Estado do Pará, que S. Exª representa na Câmara dos Deputados, três empresas, a Jari, hoje de propriedade do Grupo Antunes, o Banco Denasa e a Empreiteira Andrade Gutierrez; só estas três empresas concentram em suas mãos a propriedade de 4 milhões e 400 mil hectares de terras, na sua grande maioria improdutivas, enquanto a grande maioria do povo brasileiro não consegue sequer a área de um lote de terra para a construção de uma habitação.

Nessa situação gravíssima, dentro desse conflito social, o mais grave que o Brasil já viveu, o exercício da Pasta da Reforma Agrária, tendo em vista os propósitos anunciados pelo Presidente José Sarney de realizar um plano de reforma agrária que vá assentando, progressivamente, na terra, anualmente, centenas de milhares de trabalhadores, exige um sacrifício muito grande e uma dedicação ilimitada. Foi, sobretudo, pelo exercício do Ministério da Reforma Agrária e da sua atenção, a orientação da Igreja Católica, de quem é um dos expoentes no Brasil, que o Ministro Nelson Ribeiro se fez credor da gratidão e da admiração dos trabalhadores brasileiros.

Em diversas oportunidades encontrei, em seu Gabinete, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que ali iam discutir com S. Exª as questões atinentes à Reforma Agrária, e de lá saíam confortados pela compreensão e pela dedicação do Sr. Ministro a este Programa de Reforma.

É verdade que S. Exª é substituído, segundo se anuncia, por um ilustre companheiro nosso de Partido, o ex-Deputado e atual Prefeito Dante de Oliveira, que certamente dará continuidade à obra iniciada.

No entanto, não poderia deixar de registrar, neste momento em que o Ministro Nelson Ribeiro deixa a Pasta, a minha homenagem, que é a homenagem dos trabalhadores sem terra do meu Estado, dos sindicatos rurais, da Federação dos Trabalhadores e da CONTAG, à gestão que S. Exª exerceu. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélcio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não mais tencionava vir à tribuna neste dia, não fosse pronunciamentos feitos nesta sessão do Congresso Nacional por alguns Deputados ligados ao PDS, traduzindo críticas, e algumas delas até consubstanciando graves acusações. Tanto as críticas quanto as acusações são totalmente improcedentes, fruto da paixão e do facciosismo partidário.

O PMDB, durante a sessão desta tarde da Câmara dos Deputados, já teve oportunidade de expressar a sua manifestação solidária ao desempenho retilíneo, profícuo, que cumpriu à testa do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Nelson Ribeiro.

Enfatizou, na ocasião, a disposição inarredável do Governo de levar a cabo a execução do Plano de Reforma Agrária.

No entanto nesta sessão noturna do Congresso Nacional, ouvem-se, da Deputada Lúcia Viveiros e do Deputado Victor Faccioni pronunciamentos críticos e acusa-tórios.

São refutados liminarmente, Sr. Presidente, pela sua absoluta improcedência, e é preciso dizer, para avivar a memória, que estamos muito conscientes de que estas manifestações ocorreriam, fruto do desespero daqueles que não vêem hoje possibilidade de sobrevivência eleitoral.

Se deles dependesse, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não teria ocorrido a mudança histórica de 15 de março de 1985. Votaram em Paulo Maluf para prosseguir a incompetência e a corrupção, para a continuidade do regime militar, travestido de um civil, se Maluf fosse, por desgraça, o Presidente da República por mais seis anos, infelicitando o País.

A virada histórica que se operou e que não foi saudada apenas pelo PMDB e pelas forças democráticas que a ele se aglutinaram, mas por uma figura insuspeita como o Historiador Hélio Silva, essa virada histórica inaugurou no País um novo tempo, um tempo que ninguém pode contestar, que ninguém pode negar, e não se pode cobrar da Nova República, no seu curto espaço de desempenho, enfrentando os percalços que enfrenta, para afirmar-se e cumprir à exaustão os compromissos assumidos, o resgate da imensa dívida social deixada pelos Governos militares. Ainda exiba hoje à tarde na Câmara dos Deputados, e volto a exibir agora, guardei para esse feito, a reportagem que O Estado de S. Paulo realizou, exatamente no dia em que o Colégio Eleitoral reuniu-se pela última vez e elegeu Tancredo Neves Presidente e José Sarney Vice-Presidente — a herança social do novo Presidente e o elenco de seqüelas como a silenciosa morte das crianças pobres, um País doente e sem recursos, os trágicos números do abandono, a migração, a violência, o desemprego, o grande fracasso na educação, dentre outras tantas chagas, verdadeiras fraturas expostas da política econômica dos regimes militares.

E o Governo da Nova República procurou enfrentar com determinação e sem desfalecimento os graves problemas existentes, invertendo as suas prioridades, e estas prioridades invertidas, retratadas hoje na aplicação de recursos na área social, estão comprovadas no Orçamento elaborado pela Nova República em 1985, para 1986.

Afora isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quando se agride o Governo, com relação à Política de Reforma Agrária, é preciso restabelecer na íntegra outra verdade — a Política Agrária do Governo da Nova República é a mesma política que estava consignada no Estatuto da Terra aprovado em 1964, na Lei nº 4.504, que foi engavetada durante os anos de Governos de militares, com a complacência da ARENA, e do PDS depois. Esta é a Política Agrária do Governo da Nova República, porque este foi o compromisso assumido quando se constituiu a Aliança Democrática, em agosto de 1984, naquela aglutinação de forças responsáveis pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

É bom lembrar que os Governos militares, ao engavetarem o Estatuto da Terra, criaram um Ministério, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, entregando a questão agrária ao trato da segurança nacional, entregue à sanha do General Danilo Venturini.

O Governo da Nova República, fiel ao seu compromisso, criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário exatamente para cumprir uma lei que há vinte anos estava engavetada pelos Governos militares.

Isto deve ser dito, Sr. Presidente, para combater o farsaísmo daqueles que hoje, ligados ainda aos setores mais reacionários e conservadores da sociedade brasileira, estão aqui sob a legenda do PDS, pretendendo acutillar a Nova República, que avançou significativamente no processo político e, sobretudo, no processo social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone, para uma explicação pessoal.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nobre Deputado Oswaldo Lima Filho declarou que não está de acordo com algumas afirmações que fiz. O que eu disse é que realmente sou favorável à Reforma Agrária, mas tem que haver uma estrutura agrária, o Governo tem que participar. Não adianta alegar que no

Nordeste há três ou quatro mil proprietários que nunca tiveram ajuda do Governo. Chega a época da seca, todos esses proprietários vão, pela Rio-Bahia, para São Paulo, trabalhar e voltam depois; dizem eles que é o fenômeno da seca. É o fenômeno da seca, mas, se houvesse realmente uma estrutura agrária, essas áreas estariam irrigadas. É mais uma prova de que é necessária uma estrutura agrária para dar sustentação, por que o que adianta levar famílias para região em que existem insetos perigosos, cobras venenosas, formigas? Não têm nem moradia. Vão produzir como?

O Governo tem que fazer a Reforma Agrária, mas tem que dar condições de sobrevivência ao trabalhador rural. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson, que falará como Líder.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O grande tema posto à discussão de todos, neste momento da história política do País, é a próxima Assembleia Nacional Constituinte. Mas, para que isso se torne uma grande conquista e marque, decisivamente, a nova ordem institucional do País, cumpre que compreendamos bem o que seja a elaboração por um corpo especialmente eleito, da nova Carta Política.

O saudoso Presidente Tancredo Neves escreveu o discurso que deveria pronunciar logo na primeira reunião ministerial. Quis o destino que ele não pudesse fazer sua proclamação a todo o Brasil: todavia, fê-lo o Presidente em exercício. E, nesse pronunciamento, Tancredo Neves declarou:

“O objetivo mais alto de minha Presidência é a reorganização constitucional do País. É preciso alicear a ordem política sobre a legitimidade democrática.”

E, para se atingir este objetivo, era necessário institucionalizar a democracia no Brasil, através de uma nova Constituição. E qual o seu conteúdo?

“Deve adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole do nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um consenso amplo da generalidade dos setores que compõem a nossa sociedade civil. Por isso tudo, impõe-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional.”

A Constituinte foi tônica das promessas do candidato à Presidência e seria o objetivo maior de seu Governo. Nós, que estivemos juntos com Tancredo Neves em sua caminhada, agora estamos nos preparando para atender a esse seu desejo. Como fazê-lo, porém?

O próprio Estadista deixou-nos a receita, quando, logo após ser eleito Presidente da República, disse em seu discurso:

“Não teremos a Pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa capacidade. Assim sendo, a Pátria não é o passado mas o futuro que construiremos com o presente. Não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade.”

.....
Convoco-vos ao grande debate nacional. Deveis, nos próximos meses, discutir em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses do povo.”

E concluía, dizendo:

“Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, com a mesma dignidade e com a mesma decisão.”

A vigente Constituição Federal é fruto do mandonismo, da ditadura, da imposição militar que nos foi legada pelo Movimento Militar de 1964. Não é mais a

expressão do consenso de toda a Nação, como, teoricamente, toda Constituição o é. Evidentemente casuística, foi ela sendo emendada ao bel-prazer dos que exerciam o poder. Assim é que, não obstante haver sido integralmente reformulada em 1969, ostenta a nossa Carta Política, hoje, nada mais de 25 emendas...

Um autor suíço, do século 19, proferiu conceito que pode ser perfeitamente aceito nos dias atuais, ensinando que as Constituições não se fabricam com belas teorias:

“É preciso que elas tenham sempre em conta as necessidades atuais da vida e que não elevem à categoria de lei fundamental a não ser aquilo que está maduro na consciência popular. Com efeito, a Assembleia Constituinte deve ter em conta que sua tarefa não é elaborar um belo documento, rico em teorias e cheio de beleza literária, e sim fazer uma Constituição que reflita os valores, os interesses, as aspirações, as possibilidades e as necessidades de todo o povo. Além disso tudo, é preciso fazer uma Constituição para ser aplicada e não apenas para tranquilizar as consciências dos que querem uma declaração de bons propósitos ou, pior ainda, para dar uma aparência moralmente respeitável a um sistema essencialmente injusto.”

Verifica-se, pois, que a elaboração de uma nova Carta Magna é tarefa das mais importantes. E, por via de consequência, assume relevância especial a escolha dos constituintes.

É preciso eleger aqueles que estejam afinados com as aspirações populares, com os anseios da população, que se comprometam a fazer uma Constituição que corresponda ao verdadeiro pacto social.

Para que a Nova Constituição, a Constituição sonhada por Tancredo Neves, realize todo o ideário do povo brasileiro, é fundamental o debate das idéias com todos os segmentos da sociedade. Esse trabalho deve ser permanente e quem o realiza tem de estar aberto a todas as críticas e sugestões. Somente assim poderá ser elaborada uma Lei Fundamental que seja duradoura.

O povo pergunta: O que é uma Constituição? Como se elabora uma nova Constituição?

A Constituição, ensinam os estudiosos do Direito, é um documento básico da Nação. É o conjunto de normas e de leis que regem todas as atividades do cidadão e o seu relacionamento com o Estado. O pacto constitucional é um encontro de vontades para gerar uma Lei Maior, que se sobreponha a todas as outras. Essa Lei Maior irá equacionar o binômio “Autoridade e Liberdade”.

Podemos adotar, como conveniente e oportuna, a definição elaborada pelo Dr. Dalmo de Abreu Dallari, renomado Jurista pátrio:

“A Constituição é a declaração da vontade política de um povo, feita de modo solene por meio de uma lei que é superior a todas as outras, e que, visando a proteção e a promoção da dignidade humana, estabelece os direitos e as responsabilidades fundamentais dos indivíduos, dos grupos sociais, do povo e do governo.”

Como se elabora uma Constituição? — indagam homens e mulheres do Brasil.

A forma mais aceita pelos tratadistas, para que uma nova Constituição seja elaborada, é mediante a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, como agora mesmo ocorreu em nosso País, com a Mensagem que o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional.

O povo é o titular da soberania. Vivendo comunitariamente, o homem teve necessidade de estabelecer normas de boa convivência. Assim, inicialmente pelos costumes e, depois, as leis escritas, surgiu um ordenamento, um conjunto de normas e valores que regiam aquelas comunidades.

O crescimento dessas comunidades gerou a necessidade de interesses diferentes e a clã ou tribo seguiu o seu destino, impulsionado pelo atendimento desses interesses.

Surgiu, então, o poder, seja na pessoa do líder carismático, religioso ou consensual.

Havia a necessidade de um poder que regulasse a vida social. O poder não é fenômeno autônomo, que se realize por si só. É, antes de tudo, um meio para se atender às necessidades sociais. O poder político tem como

destinatários os homens a sociedade. O poder, institucionalizado, transfere o poder social do indivíduo (ou do grupo de indivíduos) a uma pessoa moral, que tem origem no próprio grupo. Surge assim o Estado, com funções precípua, para atender às necessidades do povo e para disciplinar a vida em comum.

O pacto constitucional passa a ocupar, então, papel primordial. Como regular esse relacionamento entre autoridades e povo, entre governantes e governados? Que leis devem ser editadas? Qual a conduta a ser seguida? Que garantias é forçoso estabelecer? Quais os direitos do cidadão e quais os do Estado?

Esse documento substancial, a que denominamos de Constituição, passa a exercer papel importantíssimo. E, para que não seja apenas um episódio e, sim, represente uma perenidade de ideais, deve ser elaborado conforme a vontade popular. E essa vontade popular deve escolher os constituintes, ou seja, aqueles que vão votar e aprovar esta Constituição.

A ordem constitucional, para ser duradoura, deve corresponder à situação real da sociedade. Por isso mesmo, quando ela se distancia dessa realidade, ocorre aquilo que um jusfilósofo francês chamou de "a revolta dos fatos contra os Códigos". Ou seja, a Constituição passa a não ser obedecida, passa a ser contestada, por falta de legitimidade.

No caso brasileiro, o que verificamos? A atual Carta Magna não se afina com a vontade popular: falta-lhe a base de sustentação do povo, dos governados. E, sem essa base, surge o distanciamento entre Nação e Estado.

Por que uma ordem injusta não traz a paz social, é necessário elaborar-se nova Constituição, legitimada pela população, que seja fiel intérprete dos anseios populares.

É preciso que todos os segmentos da população meditem sobre esse assunto, sobre essa maneira, e externem o seu posicionamento. A Constituição não pode ser elitista, não pode representar apenas a vontade de uma classe social.

O que deve conter uma Constituição, nos dias do Brasil de hoje? O que é realmente importante?

A seguir, enumerarei alguns dos muitos pontos que podem e devem ser debatidos:

— direitos e deveres dos trabalhadores, tantos urbanos quanto rurais;

— limites de uma reforma agrária, que respeite os direitos dos proprietários que dão utilização social às suas terras e que evite a mera indústria da invasão de terra;

— política agrícola que conceda preços justos aos produtos e financiamentos com taxas competitivas;

— direitos e garantias do cidadão, face à presença dominante do Estado;

— proteção do meio ambiente é defesa ecológica;

— efetiva participação da mulher nos problemas e no desenvolvimento nacionais;

— uma nova lei de remessa de lucros;

— lei de controle das atividades das empresas multinacionais;

— salário mínimo capaz de atender às reais necessidades do trabalhador e de sua família;

— amparo aos menores carentes e abandonados;

— combate eficaz e determinado à criminalidade;

— combate constante aos crimes de colarinho branco;

— política indigenista efetiva;

— reforma tributária, que conceda reais condições de independência política e financeira aos Municípios;

— acesso de todos ao estudo e à educação;

— maior taxação dos lucros de bancos e instituições financeiras;

— revisão do atual sistema de impostos e taxas, de modo a não onerar excessivamente a classe média e a de menores rendimentos;

— quais as prerrogativas que o Poder Legislativo deve ter;

— quais as garantias que devem cercar o Poder Judiciário;

— a superação de desníveis regionais;

— forma rígida de controle da aplicação dos dinheiros públicos;

— oportunidade de empregos para todos;

— melhores planos de saúde pública;

— reformulação da previdência social;

— reforma da legislação sobre partidos políticos;

— duração do mandato do Presidente da República, Governadores e Prefeitos;

— prestação de serviços públicos concedidos, como água, luz, telefone e revisão das tarifas;

— política ferroviária séria, estimulando este meio de transporte.

Estes e outros tantos temas, devem ser debatidos.

Como candidato que sou à Constituinte, desejo, desde logo, debater estes temas com o povo que me irá eleger. Desejo ser um fiel intérprete da vontade popular e dos anseios de todos os eleitores. Quero uma nova Constituição justa e duradoura. Que traga ao povo brasileiro segurança e tranquilidade.

Desejo uma Constituição que traduza todos os ideais que levaram o povo às praças públicas e que marcaram, definitivamente, o desejo de um novo Pacto Social.

Este o meu desejo. E, para realizá-lo, estou aqui para debater e para dialogar. Espero tirar todos os ensinamentos possíveis desta Tribuna do Congresso e, na Constituinte, defenderei os pontos que efetivamente traduzirem o desejo de todos os cidadãos brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista data da década de 1960 e durante um quarto de século a experiência feita não mostrou qualquer inconveniente na exigência de um curso universitário para o exercício de uma das atividades mais complexas no campo das comunicações.

Para discutir este importante tema, vários setores da Universidade de Bauru se reuniram em abril último, repelindo proposta defendida e apresentada pelo Secretário-Executivo da Comissão Provisória de Estudos da Constituição, Jornalista Mauro Santayna, encaminhada sem audiência das entidades ligadas à comunicação no País.

Aqueles universitários decidiram promover um movimento a nível regional e, depois, nacional, para orientação do debate, criada provisoriamente a Comissão de Defesa da Obrigatoriedade do Diploma de Jornalista, desenvolvendo reuniões em âmbito local, além de um serviço de informações endereçadas a todas as entidades interessadas no problema.

Em manifesto divulgado, lembram os universitários de Bauru que "a regulamentação da profissão, em 1969, não foi fruto de um ato arbitrário e autoritário, como insiste em dizer os defensores da extinção do diploma e, sim, resultado das reivindicações das lideranças sindicais, que colocavam, entre alguns exigências, a graduação de Comunicação Social, como habilitação em jornalismo".

Gestões anteriores, em 1938 e em 1943, revelam que a ideia dos cursos de jornalismo vinha amadurecendo há muito tempo, havendo sua implantação pelo Decreto-lei nº 5.480, de 1943, "atendendo a reivindicações da ABI, dos Sindicatos dos Jornalistas e das Empresas de Jornalismo".

Sucessivas renovações curriculares fizeram chegar a um quadro em que o preparo do jornalista se faz em termos profissionais, técnicos e culturais, uma vez que a profissão tem instrumentos próprios de trabalho, não decorrendo de vocação inata.

Querer retirar o jornalismo do espaço universitário é uma ideia obscurantista, tanto mais quanto "a universidade constitui um espaço para a experimentação de novas normas de comunicação, técnicas e instrumentos alternativos, que contribuem para a transformação da sociedade".

Assim, "os veículos de comunicação, ao invés de proporem o fim da obrigatoriedade do diploma, deveriam colaborar com a melhoria da qualidade do ensino nas escolas, a exemplo do que já vêm fazendo várias empresas jornalísticas".

Não cabe no texto constitucional a extinção de um curso universitário que presta relevantes serviços à cultura nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Assunto da maior importância é o que focalizamos, da Tribuna do Congresso Nacional: Fonoaudiologia.

Temos a grande satisfação em trazer ao Congresso Nacional o trabalho que, por modéstia, certamente, os seus autores César Leandro Dias Guimarães e Leda Gomes Lima, fonoaudiólogos de renome, denominaram de "Pequeno Estudo sobre Fonoaudiologia".

Certamente os Srs. Senadores e Deputados saberão avaliar a profundidade deste trabalho e os seus reflexos de relevantes benefícios para aqueles que sofrem dos distúrbios da comunicação oral ou escrita e onde a medicina é de reabilitação e não medicamentosa.

Eis a íntegra desse valioso trabalho:

FQNOAUDIOLOGIA

Conceito:

— é a ciência que estuda os distúrbios da comunicação oral e/ou escrita.

— é uma especialidade da Medicina de Reabilitação, e não medicamentosa.

Patologias:

1. Dislalia

1.1 Dislalia Orgânica

1.2 Dislalia Funcional

1.3 Dislalia Psicológica

2. Dislexia

1.1 Dislexia-Dislália

3. Disortografia

4. Disfemia

5. Disfonia

1.1 Disfonia Orgânica

1.2 Disfonia Funcional

6. Deficientes auditivos

7. Disartria

8. Afasia

9. Laringectomia

10. Psicomotricidade

11. Disglossia

12. Apraxia

ÁREAS LIGADAS À FQNOAUDIOLOGIA

1. Neurologia

2. Psiquiatria

3. Otorrinolaringologia

4. Psicologia

5. Oftalmologia

6. Ortopedia

7. Odontologia

8. Fisiologia

9. Anatomia Geral

10. Musicoterapia

11. Quadro Miológico

12. DDPF (Diferenciação das Patologias Fonoaudiológicas)

ÓRGÃOS FQNO-ARTICULATÓRIOS

— lábios

— bochechas

— dentes

— língua

— palato duro e mole

ÓRGÃOS FONO-RESPIRATÓRIOS

— pulmões

— brônquios

— laringe

— traquéia

— alvéolos pulmonares

— diafragma

MECANISMO FQNORESPIRATÓRIO

— O ar proveniente dos pulmões, chega às cordas vocais, produzindo o som fundamental (voz), fazendo com que o mesmo, chegue aos Órgãos Ressonadores, e consequentemente, aos Órgãos Articulatorios, produzindo a fala.

Para que o indivíduo tenha o seu Padrão de Comunicação Perfeito, é necessário, que o seu Sistema Nervoso Central (SNC), esteja íntegro.

RELAXAÇÃO

— Para que o indivíduo tenha ou mantenha a sua comunicação em um bom nível, é indispensável, que ele esteja em um bom Padrão de Relaxação, ou seja, os seus Órgãos Fonoarticulatórios, toda a sua musculatura, terão que estar relaxados, num estado de Normotonia, para que o comando de sua fala, pensamento, e inteligibilidade, sejam expressas ao ouvinte, num bom nível de entendimento.

O mesmo, acontecerá num Paciente tenso emocionalmente. Pois este terá toda a sua musculatura enrijecida, não correspondendo ao tratamento de sua Patologia.

DISLALIA

— É a troca, substituição ou omissão de fonemas na fala.

A Dislalia, poderá ser Audiogena, quando a criança ou adulto, tem um Déficit Auditivo, fazendo com que o mesmo, não ouça bem, levando a mensagem ouvida, ao seu Córtex Cerebral errada, produzindo os significados errados.

A Dislalia Orgânica, é aquela, em que o indivíduo, tem problemas orgânicos congênitos ou adquiridos, fazendo com que o mesmo, troque, ou faça omissão ou substituição.

A Dislalia Funcional, o Paciente Dislático, é acometido dos mesmos erros, porém seus Órgãos Fonoarticulatórios, estão íntegros.

A Dislalia Psicológica, é aquela em que criança, de 2 anos que já tenha adquirido a sua inteligibilidade, nota que a mãe, espera o seu irmão, que vai nascer. Então, esta criança, por ciúme e insegurança, com a vinda de seu irmão, começa a ficar dengosa, querendo chamar a atenção dos pais para si, falando errado, ou falando com muito sacrifício, ou, até mesmo deixando de falar.

DISLEXIA

— É a troca de letras na leitura, fazendo com que o Paciente, leve mensagem errada à sua Área Cerebral.

A Etiologia da Dislexia, é a Disfunção Cerebral Mínima (DCM), ou seja, não há resposta neuronal. Ou seja, um neurônio, não dá a mensagem para o outro. Esta, é a verdadeira etiologia da Dislexia.

Caso este Paciente, não faça o tratamento adequado, poderá adquirir, uma Dislexia-Dislática. Ou seja, trocará na fala também.

Um indivíduo, que tenha Problema Oftalmológicos, terá os mesmos sintomas, levando-nos a crer, que seja Dislético. Pois não é. O mesmo, é encaminhado ao Oftalmologista, é colocada a Prótese, e passará o seu problema. Neste caso, este Paciente não será Dislético.

DISORTOGRAFIA

— Troca, ou substituição, ou omissão na escrita, tendo a Etiologia de Imaturidade Neurológica.

DISFEMIA

— É o que se chama popularmente, de Gagueira.

Este tipo de Paciente, é muito tenso, fazendo com que o seu comando respiratório, articulatório, não corresponda a comando de seu SNC.

O Paciente bloqueia-se emocionalmente. Por isso, é muito importante, o indivíduo, estar relaxado. Pois, o Disfêmico, por mais que se apresente tranquilo, notar-se-á que é um indivíduo tenso.

DISFONIA

— Alteração na produção vocal causada por uma Patologia Laringeal ou não. As Etiologias, são Nódulos, Papilomas, Edema de Corda Vocal, Hipertonía de Cordas Vocais, Laringite, etc. Este Paciente será rouco, e a

sua Respiração, será totalmente forçada, e, geralmente, é torácica, tendo seus ombros, em má postura, e seu corpo, também.

DISFONIA FUNCIONAL

— É aquela em que o Indivíduo apresenta o quadro disfônico, porém não é portador de nenhum problema orgânico. O seu Laringe, Faringe, Cordas

Vocais, estão intactos. É puramente funcional, ou seja, Psicogênico (Psicológico).

DEFICIENTES AUDITIVOS

— São pessoas portadoras de um déficit auditivo. Uma criança, com surdez congênita, não falará, apesar de poder ter seus Órgãos Fono-Articulatórios íntegros. Esta, fará a Audiometria, e colocará a Prótese Auditiva. O mesmo acontecerá com a criança surda congênita.

DISARTRIA

— É uma patologia, causada por um Acidente Vascular Encefálico (AVE), fazendo com que o paciente, adquira uma paralisia facial.

Esta paralisia, poderá abranger os órgãos fonoarticulatórios, fazendo com que os mesmos tenham sua fala prejudicada.

Graus de Disartria

1. O paciente fala enrolado, mas se entende normalmente.
2. O Pr. fala, mas não se entende quase nada.
3. Não se entende nada. (Anartria)

AFASIA

— É a perda total ou parcial, do indivíduo se expressar normalmente, através de símbolos, objetos etc.

Etiologia:

AVE, Trombose das Artérias etc.

A afasia abrange mais a parte geriátrica, sendo vista também, em crianças, o que chamamos de afasia infantil. Mas, é nos idosos que ela aparece com mais frequência.

LARINGECTOMIA

— Perda da voz, causada pela retirada do laringe, devido a um tumor maligno.

É encontrado mais em homens do que em mulheres. Faixa de idade, a partir de 30 anos.

Este tipo de paciente, terá o seu tratamento fonoaudiológico, adquirindo a sua nova voz, através do esôfago, o que chamamos de voz esofágica. A sua nova voz será produzida pela musculatura, que vibra como se fosse cordas vocais. É o músculo cricofaríngeo.

Este paciente, fará a traqueostomia, por onde terá a sua respiração vital.

Se alimentará normalmente, através de seu esôfago, estômago. Ele aprenderá a encher o seu diafragma, expulsando o ar, como se regurgitasse, para que o mesmo seja expulso pelo esôfago, vibrando o cricofaríngeo, dando do seu novo som fundamental (voz).

PSICOMOTRICIDADE

Para que se tenha uma boa comunicação, é necessário que o indivíduo tenha o seu desenvolvimento motor normal, tanto no que tange também à sua escrita.

Para o falar, se expressar, andar, correr, posturar-se corretamente, o padrão psicomotor terá que ser perfeito.

DISGLOSSIA

São más formações congênitas, fazendo com que o indivíduo tenha um padrão de fala ruim.

Este indivíduo poderá adquirir uma dislalia orgânica.

Por exemplo, é o caso do fissurado. Este, será operado, e, após a cirurgia, irá para o tratamento fonoaudiológico, para que seu padrão de comunicação, seja perfeito.

Este tipo de paciente, não tem o controle fono-respiratório, o controle dos lábios, para as consoantes explosivas, fricativas, pois o ar, é escapado pelas fossas nasais, fazendo com que o mesmo se canse, por se esforçar muito. O fissurado, geralmente, tem problemas cardíacos.

APRAXIA

Paciente é acometido de uma falha em seu comando cerebral, ou seja, ele sabe qual a palavra a ser falada. Mas, a falta de comando cerebral, não permite que ele coloque a sua ponta de língua, no palato, para pronunciar o l, como também o p nos lábios etc.

Todas a patologias fonoaudiológicas, se interligam, pois um paciente, poderá por falta de tratamento, durante o tempo ocorrido, por não ligar, fazer com que a sua patologia, se ligue à outras.

Poderemos encontrar um afásico, e concomitantemente, disártrico.

Poderemos encontrar em dislético-dislático etc.

O início de tratamento, normalmente, é a partir de 5 anos de idade. Já os pais, sendo esclarecidos sobre o assunto, fará com que seus filhos tenham desde bebê, o conhecimento de seu corpo, das partes de seu corpo, o meio ambiente que o cercam. Então esta criança, terá sua Área Sensorial e Motora, muito bem explorada, sendo uma criança, inteligente, com muita percepção do mundo.

A inteligibilidade na criança, começa a ser bem explorada, quando esta, começa a receber estímulos desde bebê, sobre si, e pelo mundo que a cerca. Será uma criança, bem desenvolvida intelectualmente, e segura de seu meio ambiente, e da vida em si.

César Leandro Dias Guimarães e Lêda Gomes Lima.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, levamos os nossos aplausos e cumprimentos a esses dois fonoaudiólogos, César Leandro Dias Guimarães e Lêda Gomes Lima, por seu excelente trabalho visando ao desenvolvimento, em nosso País, dessa ciência tão importante e que precisa contar com maior apoio do Governo, que, a bem da verdade, até hoje, é quase nenhum.

A Fonoaudiologia representa a redenção para incontável número de pessoas que sofrem da doença denominada "Patologia Fonoaudiológica".

Apoiar, é dever do Governo. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está esgotado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 5 e 6, de 1986-CN (6ª sessão); 10 e 11, de 1986-CN (4ª sessão) e 12 e 13, de 1986-CN (3ª sessão).

Não havendo número para deliberação, a Presidência deixa de submeter a votos as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às dezesseis horas, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 26 e 27, de 1986-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.178 e 2.179, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 87

Está circulando o nº 87 da Revista de Informação Legislativa, periódica trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 433 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

Organização constitucional do federalismo — Raul Machado Horta

Federalismo e descentralização — Inocêncio Mártires Coelho

Poder Executivo — Josaphat Marinho

Os "direitos sociais trabalhistas na área constitucional. No passado, no presente e no futuro — José Martins Catharino

Sugestões para uma Constituinte autêntica — Paulino Jacques

Sugestões para a Constituinte — Fernando Whitaker da Cunha

Variações em torno da reforma constitucional — Paulo de Figueiredo

Constituição e Constituinte — Mirtô Fraga

Teoria Geral do Poder Constituinte. As Constituições do Brasil e a Constituição da 6ª República — Pinto Ferreira

Poder Constituinte: natureza e perspectivas — Carlos Valder do Nascimento

A origem liberal — conservadora do constitucionalismo brasileiro — Antônio Carlos Wolkmer

Introdução à teoria da interpretação constitucional — Fran Figueiredo

Filosofia política — Machado Paupério

Notas sobre a atuação dos grupos sociais no cenário político — Sílvio Dobrowolski

O Estado, seu surgimento e existência — a teoria pura do Direito: algumas observações — Edson de Arruda da Câmara

O Ministério Público e a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual — João Paulo Alexandre de Barros

Da inconstitucionalidade do art. 175 do Regimento Interno do STF — Paulo Napoleão N. B. Nogueira da Silva

A Súmula 90 — O TST e a Constituição — Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Aspectos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o sistema de recursos no direito processual civil — Edson Rocha Bonfim

INFORMÁTICA JURÍDICA

Da natureza jurídica do "software" — Arnaldo Wald

A Venda na
SUBSECRETARIA
DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL



Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF
Telefone: 211-3578

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cz\$ 60,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

**2 volumes
edição 1986**

1º volume: (594 páginas) — Textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.

Texto constitucional vigente consolidado (Constituição do Brasil de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 e as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 2, de 1972 a 27, de 1985).

2º volume: (254 páginas) — Índice temático comparativo de todas as Constituições brasileiras.

Preço: Cz\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal. (Anexo I — 22º andar).

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP 70160).

Atende-se também pelo reembolso postal

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17